COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DA PARAÍBA

APANHADO TAQUIGRÁFICO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR ACERCA DE TORTURAS E EXTORSÃO NOS PRESÍDIOS DA PARAÍBA

Dep Luiz Couto –P

Presidente

Gabinete Dep. Luiz Couto

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DA PARAÍBA

ANEXOS A ESTE APANHADO TAQUIGRÁFICO:

ANEXO I: Processo de Sindicância que apura irregularidades na Secretária de Cidadania e Justiça da Paraíba – José Adalberto Targino

ANEXO II: Denúncias de torturas e extorsão por parte do Secretário de Cidadania e Justiça da Paraíba – José Adalberto Targino

ANEXO III: Processo de Licitação feito pelo Secretário de Cidadania e Justiça do Estado para formação de grupo de milícia.

<u>ANEXO IV</u>: Dossiê do Caso Cozete Barboza, denúncias de torturas e extorsão no presídio do Alto Serrotão em Campina Grande/PB

<u>ANEXO V</u>: CD com gravações das ameaças do Secretário José Adalberto Targino ao Auditor de Contas do Estado

João Pessoa, 17 de Novembro de 2000

Dep. Luiz Couto –PT
Presidente

APANHADO TAQUIGRÁFICO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, REALIZADA EM 01 DE NOVEMBRO DE 2000.

Invocando a proteção de Deus declaro aberta a presente Audiência Pública da Comissão dos Direitos Humanos, que ouvirá representantes da sociedade acerca, não apenas da questão do processo do esquema de tortura algumas denúncias que foram feitas, e serão reafirmadas aqui, bem como outras denúncias de cidadões também que tem e que vem nesse processo.

Vamos compor a mesa. Convidamos a Excelentíssima senhora juíza da Execução Penal da Capital, Doutora Maria da Neves do Egito de Araújo; o representante do Movimento Nacional de Direitos Humanos, Doutor Oscar Gatica; o representante do Conselho Estadual de Direitos Humanos do Homem e do Cidadão, Antonio Isidro; a Vereadora de Campina Grande, Cozete Barbosa; o Doutor Rivaldo Targino da Costa, auditor de Contas Pública do Estado, Padre Vicente Zambello, Coordenador da Pastoral Carcerária da Arquidiocese da Paraíba, e membro da Fundação Margarida Maria Alves.

Registramos a presença do deputado federal do PT da Paraíba, Avenzoar Arruda; os Deputados Estaduais do PMDB, Antonio Ivo; Artur Cunha Lima, e o Deputado João da Penha, que também é membro da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa da Paraíba; outras autoridades.

Nós vamos passar a palavra, que será inicialmente vamos do tempo de 10 minutos para cada pessoa, para que elas possam descorrer do tempo.

Queremos registrar, que o secretário da Justiça e Cidadania encaminhou um documento justificando, lamentando, a não participação, uma vez que o mesmo está hoje em Fortaleza participando de inauguração de um presídio e de outras atividades; também uma declaração de uma Comissão Multidisciplinar de Inspeção Prisional, instituída por uma portaria que em uma série de

informacoes que daremos conhecimento no momento oportuno. Nos convidamos as autoridades ligadas à area de seguranca, e tambem da justica, e entidades ligadas tambem dos Direitos Humanos.

Vamos passar a palavra inicialmente, ja que o primeiro ponto, e foi a partir dele que nos convocamos essa Audiencia Publica, a denuncia que foi feita pela Vereadora Cozete Barbosa do PT de Campina Grande, denunciando, nao apenas tortura, espancamento, extorsão no presidio do Serrotão.

Nos já encaminhamos oficios pedindo providências as autoridades da Paraíba para que fosse dada seguranca, e garantia de vida a companheira Cozete, e encaminhamos também idêntico oficio ao Ministério da Justica, ao presidente da Comissão do Direitos Humanos, ao lider do PT na Câmara Federal ao presidente do nosso partido, pedindo providências, porque até esse momento a companheira Cozete continua sendo ameacada de morte através de telefonemas. Gostaria de registrar que ela está sendo ameacada de morte por denunciar toda situacão no Serrotão.

Nós também essa semana tivemos oportunidade de denunciar um clima de ameacas de morte que acontece no Municipio de Nova Palmera, com uma Vereadora nossa do PT, a Nega Lourdes, que foi candidata a prefeito, ameacas que ela sofre através de cartas, dizendo que, se ela não sair de Nova Palmera, e se não se afastar da atividade da política, ela vai ter um fim que seria a morte, e nós também pedimos providências as autoridades para esse titulo.

Com a palavra a Vereadora Cozete Barbosa que tem o tempo inicial de 10 minutos, para descorrer sobre o assunto, e necessitando de mais tempo nós daremos porque o que é importante aqui é ouvir tudo aquilo que diz respeito as denúncias que vão ser colocadas.

A SENHORA COZETE BARBOSA: (VEREADORA DE CAMPINA GRANDE)

Boa-tarde, a todos.

Excelentíssimo senhor presidente Deputado Luiz Couto, figura na qual eu comprimento a todos os deputados estaduais aqui presente, demais autoridades, deputado federal, companheiro, Avenzoar Arruda; Doutora Maria da Neves do Egito, juíza de Execução Criminal de João Pessoa, da 7ª Vara Criminal; senhores e senhoras da imprensa; funcionários; demais aqui presente, entidades, representantes de Conselhos, enfim todos os presentes.

Infelizmente as denúncias que a imprensa diz que eu fiz, elas não são novas, elas já foram feitas anteriormente pela Pastoral Carcerária, pela CNBB, pela Comissão de Direitos Humanos, tanto de Campina Grande, como de João Pessoa. O fato novo é que agora essa denúncia tiveram uma repercussão, um interesse da mídia, graças- " eu acredito" –a uma mudança cultural da nossa população que não aceita mais conviver com essa aberração, com esse crime hediondo, que é a tortura.

Eu fui procurada por várias pessoas e "algumas" eu vou omitir os nomes por questão de segurança, mas que vai desde familiares de preso, até a agentes penitenciários, passando obviamente pelas entidades, entidades importantes como a Pastoral Carcerária, Comissão de Direitos Humanos, "inclusive" a Comissão de Direitos Humanos aqui no Nordeste, que é presidida pelo companheiro Wanderley, que nos relatava as torturas do Serrotão. Uma que foi motivo de muita indignação, é esse fato que eu apresento do apenado Alessandro

(exibindo a foto).

essa foto Deputado Artur Cunha Lima, foi tirada a nove dias depois desse apenado ter sido torturado, mas não fica só aqui, ele ficou em coma. Ai sim é que dá Deputado Luiz Couto, o nível do poder desses torturadores tem, ou acham que tem, e o nível de impunidade que eles se encontram. Porque esse apenado foi

torturado na enfermaria do Hospital Pedro I, na frente de pacientes, médicos e enfermeiras. Bom são várias denúncias...

(Continua na 2ª Parte)

- 1 –

A SRA. VEREADORA COZETE BARBOSA

... são várias denúncias, surras, essa daqui é a menor que nós temos no presídio e que nos foi passado. Aqui nós temos balas que agentes, policiais, apenados, ligados ao grupo se divertem atirando nas celas nos presos. Vai desde bala de 7,65, 38 até passando por chumbinho. Isso, eles fazem entre aspas, brincadeira com os apenados. Isso aqui foi recolhido do presídio e me foi entregue, e foi desconsiderado pela Comissão porque testemunha ocular e esse material inclusive de onde poderia identificar a hora do meu depoimento inclusive uma das pessoas que está na sindicância disse: "isso é de fulaninho de tal essa pistola". Mas isso não está nos autos e não vai ser apurado como prova. Além disso, nós temos denúncias comprovadas, está aí nos relatórios que eu estou entregando a juíza, ao deputado Luiz Couto, deputado Avenzoar Arruda, de que o próprio presídio confeccionou uma cadeira de ferro, de aplicar choques nos apenados, onde eles recebem choques e são atirados três, quatro metros de distância. Essa denúncia foi confirmada e eu presenciei o depoimento, por funcionários e funcionárias do presídio, que atestaram terem recebido os presos na enfermaria com as costas sangrando, bastante machucada. Então, relatórios de espancamento, feito por funcionários, com todos os detalhes que nos deixa numa situação como ser humano efetivamente muito mal emocionalmente, inclusive uma pessoa que presenciou quando um desses presos sendo torturados, teve um braço quebrado na cabeça, os parafusos enterrados na sua cabeça e ele coberto de sangue, ela passou mal, passou seis dias sem trabalhar, perdeu vários quilos, teve uma crise depressiva muito intensa. E, o principal motivador dessas torturas, é a extorsão. Desde o momento em que o apenado entra no presídio, ele tem uma cela que é chamada de "solitária", onde é feito o reconhecimento do preso pelos agentes, pelos demais presos, durante três, quatro dias. O preço para não ficar isolado é de R$ 200,00 (duzentos reais). E aí, nós temos denúncias inclusive de presos ligados a esse grupo, que já foi afastado, são liberados para promover assaltos e esse roubo é dividido entre eles mesmos. Tenho denúncia que está numa fita de um programa de rádio em Campina Grande, a Campina Grande FM, onde uma pessoa identificado como agente penitenciário do Serrotão, dizia que uma dessas pessoas afastada teria retirado as telhas do pavilhão e levado para cobrir a sua residência. Tivemos também recentemente, a denúncia do preso Jairinho, conhecido naquela confusão de falsificação de cartão, que por não ter pago R$ 500,00 (quinhentos reais), passou por uma sessão de tortura, depois dessa sessão de tortura ele teve o colchão ensopado de água e foi colocado na solitária, tendo que passar três dias lá de pé ou cócoras, porque não tinha como dormir hum colchão completamente cheio de água. E tivemos denúncias, não sei se a esposa do presidiário está aí, ela fez a seguinte denúncia, está aqui no relatório que nós fizemos, também entregamos, que vários familiares nos procuraram, de que o seu esposo tinha um problema de úlcera e sua úlcera já estava perfurada. De que agentes e policiais o obrigava a tomar cachaça até ele perder os sentidos. Depois o trancava na solitária e ele ficava lá vomitando sangue durante vários dias, sem que fosse permitido a esse prisioneiro, qualquer tipo de socorro.

- 2 –

Então, eu teria como já disse, várias denúncias a fazer, são inúmeras, está aí no relatório, tem o relatório dos próprios presos, dos familiares, de testemunhas, e essas denúncias foram feitas diretamente ao Secretário de Cidadania e Justiça e ao Dr. Jair, que é o Coordenador do Sistema Penitenciário na Paraíba, que nomeou o Procurador do Estado, Sebastião Florentino de Lucena, Presidente da Comissão de Sindicância, Carlos Roberto Barbosa, Defensor Público, e o major da PM senhor Solón Marcelino de Lira, membro dessa Comissão. Pela portaria que eu li e que me foi encaminhada, essa Comissão de Sindicância tem quinze dias para apurar os fatos e emitir um parecer. Nós tivemos uma reunião em Campina Grande que contou com a participação de mais de trinta entidades, entre elas representantes da CNBB Nordeste, Pastoral Carcerária Nordeste, Comissão de Direitos do Homem e do Cidadão de João Pessoa, Comissão de Direitos Humanos de Campina Grande, representando a Assembléia Legislativa o senhor deputado Luiz Couto, da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia, toda a Comissão de Direitos Humanos da Câmara, várias entidades e todas foram unanimes em reafirmar essas denúncias, que eu digo não são minhas, elas são de todas essas entidades e que tiveram uma repercussão, após a gente utilizar a Tribuna da Câmara, a imprensa dar destaque, para vocês terem uma idéia, tem um jornal em Campina Grande que colocou quatro dias seguidos matéria de primeira página e para mim, para concluir, isso tem um significado importante: é que eu entendo que o Brasil tem duas culturas, que precisam ser extirpadas. É a cultura escravocrata que nós ainda carregamos em nós e a cultura da tortura. E pela primeira vez nós tivemos em Campina Grande, não mais jornalista dizendo que "bandido bom é bandido morto", mas jornalista como, e eu gostaria de citar o nome, Agnaldo Almeida, que na sua coluna se posicionou claramente contra a tortura, entre tantos outros jornalistas. E para vocês terem uma idéia da repercussão desse fato, no último sábado eu recebi um cartão em homenagem do Grupo de Voluntárias, que são mulheres de classe média de Campina Grande, pela denúncia que eu havia feito. Então isso significa de que a população repudia esse fato, não concorda com essa barbárie, e que exige providência. Então, quero encerrar o meu pronunciamento, dizendo que sou daquelas pessoas otimistas, e eu espero, acredito até que me provem o contrário, que a Secretaria de Cidadania e Justiça faça e cumpra a sua parte nessa sindicância, a primeira já foi feita, afastando o vice diretor chefe de segurança do presídio do Serrotão, mas que cumpra até o fim. Sabendo que não é aqui que nós vamos parar as denúncias, mas que nós, como seres humanos ou tendo alguma coisa de humano dentro de nós, a gente comece a plantar sementes e que ela frutifique para que um dia a gente possa ter um país livre de práticas, como eu já disse, abomináveis como a tortura. Obrigada.

- 3 –

O SR. PRESIDENTE DEPUTADO (LUIZ COUTO)

Nós passamos a palavra agora a Dra. Juíza da Execução Penal, Dra. Maria das Neves do Egito Araújo, que também terá o tempo inicial de dez minutos para a sua explanação.

A SRA.JUÍZA DRA. MARIA DAS NEVES DO EGITO ARAÚJO

Excelentíssimo Senhor Presidente desta Mesa, deputado Luiz Couto, em nome de quem saúdo todos os deputados do meu Estado. Ilustríssima Senhora Vereadora de Campina Grande, que tive a honra de ter uma parte da minha caminhada ao seu lado, na Rainha da Borborema, em nome de quem saúdo todas as entidades aqui presentes, representadas. No momento eu quero prestar a minha solidariedade a Dra. Cozete...

Continua na 3ª Parte.

A SENHORA MARIA DO DAS NEVES EGITO JUÍZA DE ARAÚJO ( ):

... a minha solidariedade, à Dr. Cozete.

Porque no em mês de junho, vivênciamos aqui em João Pessoa, fato dessa natureza que foi denunciado, encontra-se em fase, na instrução processual. É um trabalho difícil, porque, mudar mentalidade, a gente muda de uma hora para outra, lamentavelmente a Secretaria da Cidadania e Justiça, ela vem sendo mal assessorada, isso não especialmente com agentes que realmente segue lições passadas, que é um crepúsculo de uma era, pensando que reeduca, reintegra através de espancamentos, e de tortura. Medidas urgentes tem que ser tomadas.

A Juíza que se encontra em exercício, e que vos fala, que atualmente é **Titular da Vara de Execução Penal**, já encaminhou também expediente com fotografais, gravações, à **Brasília, ONU, ao Senhor Presidente Tribunal de Justiça da Paraíba, ao Desembargador Corregedor Geral de Justiça da Paraíba**, e também prestou conta a comunidade, porque, o Sistema Penal, tem que esta comprometido com comunidade, e inclusive, uma sessão aqui, também foi falado sobre essa problemática.

Agora o que acontece, Senhores Deputados representantes do nosso povo, será que esta apuração, feita pelo próprio estado, vai dá em alguma coisa?.

Eu acho para as coisas ficarem mais cristalina. Porque, não queremos abusar ninguém, queremos a verdade e a mudança de mentalidade, mas, se o estado é o é torturante, como que ele mesmo esta apurando essas denuncias feitas?

Eu acho que era bom, aqui fazer uma reflexão, e senti honrada, quando eu vejo nos fundos daqui do auditório, o representante da Secretaria Justiça, Josineide, professor o Almeida, Secretário, do Secretário, isso é muito bom, porque nós estamos trabalhando num jogo aberto, sem temor, sem medo, porque estamos lutando por uma causa justa, que é salvaguardar integridade física, e moral do apenado, ou .de qualquer cidadão.

No caso meu, como Juíza da Excussão Penal, eu tenho isso, como um ponto vista, um objetivo à atingir, sei que é difícil. Quando o nosso deputado diz, Cozete foi ameaçada, o colega Auditor foi ouvir

ameaçado, ouvi gravação, eu também gravei, e também estou sendo ameaçada. Inclusive um dos ameaçadores se encontrava aqui neste auditório, saiu com a minha presença, não sei se foi coincidência, ou não, mas não tenho medo, porque se tiver morrer, eu morro cumprindo, lutando para que a justiça do meu estado, do meu país, seja cada vez mais acreditada.

Temor, nunca. Não faz parte da minha formação.

Senhor , Presidente da Mesa, senhores deputados, o que acontece em nosso a estado, é a violação Legislação da Execução Penal.

Nós temos aqui, o Instituto Penal Silvio Porto, cuja direção foge totalmente das diretrizes da LEP.

Onde já se viu, um policial sem formação humanística dirigindo um presídio, onde queira ou não, a reeducação é através de "pau", desses instrumentos aqui apresentados, tiros chumbo, cipó-boi, isso é comum. E pergunta-se, se alguma tortura dessa foi apurada? Teve trânsito julgado? Não. sabe porque senhores?. Porque os presos temem a morte, teme a represália, e prefere silenciar do que morrer.

Porque ele ainda sonha ver a sua família do lado de fora.

Então, é difícil contar como depoimento do apenado. Porque ele diz , Dra. hoje a senhora está aqui, amanhã a senhora não está.

Isso ele diz, vai dá em pizza, só pode dá em pizza,, porque que eu conheço casos, que os senhores vão ouvir aqui em plenário, de querer que mude depoimento, para que realmente não incrimine o estado.

Eu não tenho nada contra o estado, pelo contrário, eu sou uma cidadã.

Eu tenho contra o exercício da cidadania, deturpada, empanada, com fome, quando não mostra a realidade dos fatos.

O Juiz, o representante do poder aqui presente, fazer um denuncia dessa natureza, se não tivesse provas, eu inclusive virei até jornalista senhores deputados, eu ando com gravador, com maquina fotográfica, de presente do dia de aniversário, para poder tirar mais longe, onde esconde o apenado para o juiz não vê.

Então isso não pode continuar.

Nós temos a COSIP, dirigido por um cidadão de bem, mas sem nenhuma formação na área penal, um dentista militar.

Quer dizer, como é que pode mudar um sistema penal?

Não é possível.

Eu fiz um ofício à todos, procurando saber sua formação, e sim excelência, muito bem excelência, a senhora tem toda razão excelência, a senhora tem o meu carinho excelência, mas não é excelência, que excelência esta querendo, a excelência, quer apenas que cumpra a Lei

E eu confiante, nos senhores deputados representantes do povo desse estado, que realmente representa, podendo olhar o povo, porque lamentavelmente poucos estão podendo olhar o povo, mas aqui precisamos dá as mãos, não é para derrubar ninguém não. Não é com objetivo para derrubar secretários de estado, ou abalar o Senhor Governador do Estado.

Nós temos um despertar de uma nova era, uma mudança de mentalidade.

Porque no sistema penal brasileiro, nós procuramos só massagear o ego, porque amigo, eu já disse ao Senhor Secretário da Cidadania e Justiça, senhor secretário, não tenho nenhuma divergência pessoal. Amigo não é aquele que ver a gente errar, porque todos nós podemos errar, fica massageando apenas o ego, e não diz, olha, as falhas estão aí, vamos resolver isso da melhor maneira possível. Vamos entrar na parceria, porque na parceria da execução, com a Secretaria da Justiça, é de suma importância para essa mudança.

Então fiquem sabendo, que eu assumir em março a execução penal.

Em virtude de denuncias, que eu já estive inclusive aqui, fui à rádio, isso não é escondido.

O senhor secretário deixou até de participar de uma reunião, que ele participava toda Quinta-feira, sendo designado o Secretário Adjunto, Dr. Heraldo Marinho, realmente com muita elegância dirige os trabalhos.

Mas é preciso que, não precisamos de propaganda, de cartazes, a gente precisa de mudança doutor, e só, senhores deputados.

E todos nós passamos esse período, na luta, acreditando porque se eu não acreditar nos deputados, senadores, existentes no meu país, eu também não posso acreditar em mim, porque que nos os elegemos.

Então, a situação, dita pela Dra. Cozete, não é fantasia para aparecer na mídia.

Também não tenho nenhum objetivo de aparecer na mídia, porque se eu tivesse, Srs. Deputados, eu interditei um presídio e a imprensa nem soube, porque o meu trabalho é um trabalho para os apenados,

pensando para a reintegração, e no momento está sendo encaminhado todos esses processos de tortura, e hoje recebi uma visita de um auditor, onde ele relatava fatos, que você pergunta: Mas será que a Secretaria tem armas? Será que a Secretaria tem isso? Tem Srs. Deputados...

(continua na 4ª parte)

A JUÍZA DOUTORA MARIA DA NEVES DO EGITO DE ARAÚJO

..... tem, senhores deputados. Foi comprado em setembro mil e trezentos e tantos de armas, inclusive, capuz, para que? Para o sistema penitenciário, onde um agente não pode entrar armado dentro do presídio? Então é sério. É necessário uma apuração, não uma apuração que termine aqui, só de lamentar, mas que realmente, vamos ver, e vamos saber como é que vamos melhorar isso, em prol dos apenados, porque eles não deixam de ser nunca ser humano, eles perdem apenas a cidadania. E quando se fala nesse tema de preso muita gente diz, preso é para está na cadeia, preso é pau, enquanto que não. Que muitas vezes até em briga com um irmão nosso do mesmo sangue, tem dia que a gente tem vontade de matar, na raiva que tem. Imaginem você com fome, na miséria, abandonado, você um excluído da sociedade, muitas sensibilidade desse cidadão chega a ser atingida e muitas vezes num momento impensado a um revide. Agora, perguntem, a senhora é paternalista? A senhora só protege preso? Não. Tem os irrecuperáveis, e eu sei disso. Tem uns que a gente luta por eles, e ele não sustenta, e é capaz de pegar você, para um motim ou como refém, existe os irrecuperáveis. Mas temos que investir nos que podem ser recuperados.

E neste momento, esse fato que eu estou dizendo aqui, eu já denunciei através dos meios competentes, em reuniões na própria Secretaria da Cidadania e Justiça, eu nunca fui silente, eu sempre gritei na minha vida, porque quando eu abracei a magistratura, ilustres ouvintes, auditório aqui presente, saibam que eu fiz dela apanágio maior da minha vida, e nunca na minha vida eu temi nada em prol da justiça, por acreditar nela.

E no momento de solidariedade e também agradecer mais uma vez a presença do cunhado do nosso secretário da Cidadania e Justiça, que veio prestigiar, e ouvir mais uma vez a denúncia da juíza da Execução Penal,

solidarizando-se, não só com Campina Grande, mas com todo sistema penal brasileiro, falido.

O SENHOR PRESIDENTE: (DEPUTADO LUIZ COUTO).

Nós estamos verificando que tanto do caso da Vereadora Cozete, como a Doutora Maria da Neves, ameaça de morte, o terceiro depoimento.

Mas antes registramos as presenças; Associação Campinense de Imprensa através do diretor jornalista, Edson de Sousa da CI; da Senhora Maria de Fátima Oliveira, da Pastoral Carcerária de Campina Grande; Do gabinete da Vereadora Cozete Barbosa, Doutor Quiginaldo Cândido; o Doutor Paulo de Tarso Medeiros, advogado; Martinho José de Andrade Silva, da Associação de Mangabeira VII; Maria Gorete Modesto Conserva; presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Campina Grande; bem como a Doutora Maria da Graças Lima, representante da SAMPOS- Sociedade da Assessoria dos Movimentos Populares; a Doutora Nelsina de Oliveira Dias, Conselho Estadual de Defesa dos Direitos do Homem e do Cidadão, e representante da SAMPOS.

Passo a palavra para o Doutor Rivaldo Targino da Costa, que terá também o tempo de 10 minutos para sua explanação, podendo ser concedido mais tempo se assim o desejar.

A única justificativa que nós recebemos para não audiência foi do secretário da Cidadania e Justiça, até agora não recebemos qualquer justificativa do secretário de Segurança Pública, uma vez que o mesmo foi convidado também.

O DOUTOR RIVALDO TARGINO DA COSTA.

Excelentíssimo senhor presidente da Comissão de Direitos Humanos, Deputado Luiz Couto; Excelentíssima senhora, Doutora Maria das Neves do Egito, Juíza de Execuções Penais; Excelentíssima senhora Vereadora Cozete Barbosa; e demais autoridades aqui presente.

Eu sou auditor de contas públicas do estado, efetivo, concursado, que venho desde 97 prestando serviço na Secretaria da Cidadania e Justiça, averiguando todos os procedimentos que por lá ocorre, administrativo e financeiro. Os relatórios que eu tenho elaborado são enviados para o secretário para que seja tomada as providências. De lá desse interim, diversos relatórios já foram enviados ao secretário da Cidadania e Justiça, relatando irregularidades, desvio de verbas, mal administração das dotações orçamentárias. Um desses relatórios, no qual apurei irregularidades acerca do coordenador financeiro, Sinval Alves de Carvalho, assim como pessoas envolvidas, inclusive particulares, empresários, mas de ano tramitando na Secretaria sem nenhuma providência, então eu, re-elaborei complementado o que ali estava escrito e enviei ao Ministério Público; então foi enviado a justiça esse relatório e tramita na 1ª Vara Criminal na Comarca de João Pessoa, estando inclusive instaurado inquérito policial para apurar essa irregularidades. Quando o secretário da Cidadania e Justiça soube que isso estava acontecendo, que eu teria tomado providências, tinha enviado o processo para o Ministério Público, ele me chamou na Secretaria, em seu gabinete e chegando lá me agrediu fisicamente, me tratou com termos amorais, depois me fez dar um depoimento, me escoltando até a sala da APLASE, justamente com os seus assessores, Carlos Alberto Barbosa, Major Solon Marcelino, Jair Cezar Miranda, que é reformado do Exército, e lá me fizeram assinar um documento sobre coação, forçado, após ter me agredido, inclusive a socos e ponta pés, de arma em punho, e eu assinei esse documento sobre ameaça de morte, inclusive,

não pensava ele que todo esse procedimento estava sendo gravado. Pois no meu trabalho rotineiro de auditor eu sempre tive o cuidado de levar um gravador comigo, " nesse momento eu estou com o mesmo gravador" . Então eu gostaria que o Deputado Luiz Couto, presidente da Comissão, fizesse ouvir agressão que eu passei, eu tenho o CD gravado, porque não existe explicação melhor do que ouvir a própria agressão em si. Quer dizer o son da agressão, está na Faixa 2.

O SENHOR PRESIDENTE: (DEPUTADO LUIZ COUTO).

A assessoria técnica para providenciar, para que possa haver condições. A pessoa que vai operar o CD, que coloque o microfone perto do aparelho de son, para que as pessoas possam ouvir.

Ouvindo o CD.

(Continua na 5ª Parte).

Excelentíssimo senhor presidente da Comissão de Direitos Humanos, Deputado Luiz Couto; Excelentíssima senhora, Doutora Maria das Neves do Egito, juíza de Execuções Penais; Excelentíssima senhora Vereadora Cozete Barbosa; e demais autoridades aqui presente.

Eu sou auditor de contas públicas do estado, efetivo, concursado, que venho desde 97 prestando serviço na Secretaria da Cidadania e Justiça, averiguando todos os procedimentos que por lá ocorre, administrativo e financeiro. Os relatórios que eu tenho elaborado são enviados para o secretário para que seja tomada as providências. De lá desse interim, diversos relatórios já foram enviados ao secretário da Cidadania e Justiça, relatando irregularidades, desvio de verbas, mal administração das dotações orçamentárias. Um desses relatórios, no qual apurei irregularidades acerca do coordenador financeiro, Sinval Alves de Carvalho, assim como pessoas envolvidas, inclusive particulares, empresários, mas de ano tramitando na Secretaria sem nenhuma providência, então eu, reelaborei complementado o que ali estava escrito e enviei ao Ministério Público; então foi enviado à justiça esse relatório e tramita na 1ª Vara Criminal na Comarca de João Pessoa, estando inclusive instaurado inquérito policial para apurar essa irregularidades. Quando o secretário da Cidadania e Justiça soube que isso estava acontecendo, que eu teria tomado providências, tinha enviado o processo para o Ministério Público, ele me chamou na Secretaria, em seu gabinete e chegando lá me agrediu fisicamente, me tratou com termos amorais, depois me fez dar um depoimento, me escoltando até a sala da APLASE, juntamente com os seus assessores, Carlos Alberto Barbosa, Major Solon Marcelino, Jair Cezar Miranda, que é reformado do Exército, e lá me fizeram assinar um documento sobre coação, forçado, após ter me agredido, inclusive a socos e ponta pés, de arma em punho, e eu assinei esse documento sobre ameaça de morte, inclusive,

- 1 –

O SR. DR. RIVALDO TARGINO DA COSTA – AUDITOR

... nesse momento as pessoas estão ouvindo o CD de agressão sofrida pelo auditor.

O SR. PRESIDENTE DEPUTADO (LUIZ COUTO)

Como o som não está muito bom, vamos pedir a degravação, mas agora o Dr. Rivaldo, ele ouviu bastante essa fita, no caso, para que possa dizer agora o que mesmo falou que foi agredido e que foi ameaçado de morte.

O SR. DR. RIVALDO TARGINO DA COSTA – AUDITOR

Bem, quando eu fui chamado ao gabinete ele mandou todos os assessores se retirar e ficou só eu e ele. Então nesse momento ele partiu para cima de mim, com socos e pontapés e me agrediu, o secretário, o Dr. Adalberto Targino Araújo. E então me agrediu e me ameaçou: "' eu te mato seu porra", como vocês ouviram aí. Então me ameaçou de morte, disse que era para eu dar um depoimento, me levou, me escoltou, na realidade me prendeu numa sala, me levou até o quinto andar do prédio, que tem uma sala chamada '"aplase", e fez eu assinar um documento, que ele mesmo disse tudo que estava ali naquele documento, ele e os assessores. E eu só assinei porque já tinha sido agredido e ameaçado de morte, e tinha também o pessoal justamente da segurança dele, dando todo o apoio, com ameaça inclusive de me agredir mais ainda. Então após isso quis denunciar, levar o caso às delegacias, mas como o poder do estado é muito grande, eu não fiz ainda a queixa crime contra o secretário, mas vou fazer o mais rápido possível, após este momento aqui, mas coloquei de imediato um site na Internet de nome wwwverbaspúblicasjbnet, onde tem tudo o que ocorreu lá naquele momento comigo.

O SR. PRESIDENTE DEPUTADO (LUIZ COUTO)

Solicito no caso cópia para a Comissão.

O SR. DR. RIVALDO TARGINO DA COSTA – AUDITOR

Eu gostaria de ler o que consta. "o auditor de contas públicas do estado da Paraíba..." Lendo.

O SENHOR RIVALDO TARGINO DA COSTA (Auditor):

...uma outra empresa, de nome Encoplast, pertencente ao próprio coordenador financeiro (continua lendo)...

Esta na Internet, desde o 2º dia da agressão. Site www.verbaspublicas.cjb.net

Cópia em anexo.

O SENHOR PRESIDENTE (Deputado Luiz Albuquerque Couto):

Pela ordem.

Dr. Rivaldo, tem mais alguma coisa acrescentar, na denuncia que fez aqui na Audiência Pública da Comissão de Direitos Humano.

Algo mais que o senhor tomou conhecimento, e que gostaria de revelar.

O SENHOR RIVALDO TARGINO DA COSTA (Auditor):

O Secretário Adalberto Targino, eu sei que ele não é louco, mas tem uma personalidade muito estranha, e eu tenho ouvido muita coisa da boca dele, que por exemplo: Em nome de Deus podia matar.

Então, coisas desse tipo eu tenho ouvido da boca dele, e tenho como provar.

Baseado nessa filosofia do chefe maior, eles têm esse seguimento, como por exemplo, eu já ouvi do motorista do Secretário Gilberto, que andava com um saco para colocar presunto.

Me agrediu outras vezes, encontrei na praia, disse que uma pessoa tinha sido morta numa cidade, tinha sido ele que tinha mandado, não sei se isso é verdade ou se era apenas para me pressionar psicologicamente.

Mas é a conversa que ele tem tido comigo é essa.

O SENHOR PRESIDENTE (Deputado Luiz Albuquerque Couto):

Algo mais Dr. Rivaldo?

O SENHOR RIVALDO TARGINO DA COSTA (Auditor):

Eu estou aqui reforçando à Comissão dos Direitos Humano da Assembléia Legislativa, o pedido de proteção de vida, não só a mim, como a minha família, devido esses fatos todos que ocorreram, como também um advogado na área de Direitos Humano se for possível para acompanhar todos esses procedimentos.

O SENHOR PRESIDENTE (Deputado Luiz Albuquerque Couto):

Vamos verificar sim.
O endereço é www.verbaspublicas.cjb.net
Com a palavra o Deputado Arthur da Cunha Lima.

O SENHOR Deputado Arthur da Cunha Lima:

Senhor Presidente da Comissão, senhores membros da Mesa, senhores deputados, minha senhoras, meus senhores.

Senhor Presidente, é estarrecedor a denúncia feita nesta Casa, pelo Auditor de Contas Públicas, e pela violência como que ele foi trado, e como denunciou os fatos aqui, esta Casa tem que tomar providências urgente, encaminhando ao Ministro da Justiça, a onde for, já que não posso acreditar em garanti de vida dada pelo próprio governo que esta aí, a ameaçar vida de um cidadão, que é **funcionário público, Auditor de contas públicas**, e que apurou roubo, roubo de milhares de reais, que não foram apurados e denunciados pelo Auditor na Secretaria de Justiça.

Então, eu peço à Casa, a Comissão, não só, a indicação de um advogado da esfera criminalista, para que ele possa também, fazer a queixa crime, que ainda não fez, contra o próprio secretário, que tem foro privilegiado, e a denuncia tem que ser feita ao Tribunal de Justiça, e não na Justiça de 1ª instância.

Nós temos que dá a esse cidadão que teve a coragem, de fazer essas denúncias, que estamos tomando conhecimento agora, uma proteção a ele, e a sua família. Para que a população, não possa vir à sofrer, paz aos senhores, que os Jornais dessa semana noticiam, que este secretário, que ameaça de morte, que diz que pode matar em nome de Deus, segundo depoimento, está recebendo, R$ 97.000,00, Reais, ou milhões de reais, não sei, não lê na Imprensa, para dar proteção a testemunhas, ora ele não dá proteção ao servidor que ele ameaça de matar, como é que pode ingerir?

Nós temos que pedir de imediato o afastamento, o afastamento dele dos Direitos Humanos.

Porque não pode fazer parte de uma Comissão de Direitos Humano, um secretário arbitrário, autoritário, terrorista, e que ameaça a vida do cidadão.

Esta Casa tem que tomar esta posição imediata, e mandar e pedir aos taquígrafos, ao senhor presidente, que trabalhe em caráter de urgência, para que essas notas taquigráfico aqui, sejam levadas imediatamente na próxima Segunda feira ou Terça feira, à Comissão de Justiça de Direitos Humanos, da Câmara Federal, ao Ministério da Justiça, para dá conhecimento e tomar providência de como a Paraíba esta sendo tratada, e como nós estamos vendo os secretários e ações do governo, indetrimento a Segurança Pública e aos Direitos Humano.

Por enquanto senhor presidente, é esse requerimento de imediato, e que seja feito, apresamento nas notas taquigráficas, para que esse relatório dessa sessão seja encaminhada diretamente, e em primeira hora, no primeiro estante, à Comissão de Justiça, Direitos Humanos da Câmara Federal, e ao Ministro da Justiça, pedindo inclusive o afastamento do secretário para se apurar todo esse caso.

O SENHOR PRESIDENTE (Deputado Luiz Albuquerque Couto):

Defiro requerimento, do Deputado Arthur da Cunha Lima, nos termos que foi proposto.

Iremos ouvir agora, o padre Vicente Zambello, que é membro da pastoral carcerária, e da Fundação Margarida Maria Alves, também tem denúncia.

-4- 01-11-00 DH MLF 6ª Parte

PADRE VICENTE ZAMBELLO:

Presidente da Mesa, Deputado Luiz Couto, as demais pessoas que compõe esta Mesa, senhores ouvintes.

Eu queria dizer, que neste ano de jubileu, em que nós comemoramos dois mil anos do nascimento de Cristo...

(continua na 7ª parte)

O PADRE VICENTE ZAMBELLO.

... do nascimento de Cristo, em nome do Deus da vida, nós nesta sessão do decorrente ano, pleitear e lutar por justiça, que aqui nós somos testemunhas de denúncias gravíssimas contra a integridade física, contra a integridade de seres humano que tem a responsabilidade de conduzir a coisa pública. Devemos denunciar as pessoas que são responsáveis de intacar a dignidade humana, inclusive de pessoas, de funcionários, que tem a responsabilidade de cuidar da coisa pública. Então toda a nossa solidariedade a esta pessoas meritíssima, que estão se engajando pessoalmente pelo bem público. Porque defender uma pessoa presa, não se trata de defender um bandido, trata-se de se defender a dignidade humana que Deus imprimiu em cada ser humano, se eles devem a justiça, paguem os atos que lhes devem, mas sempre respeitando a dignidade humana de cada preso que é nosso irmão na fé em sinal de Cristo. "Que estava preso e me visitaste" em nome dessa fé, que nós da Pastoral Carcerária anunciamos a justiça e denunciamos toda arbitrariedade.

Eu vou lê uma carta que me foi escrita por uma irmã "não vou revelar o seu nome para preservar sua segurança" que constantemente visita o Instituto de Psiquiatria Forense, Instituto esse, que também visitei junto com a equipe do Conselho Estadual dos Direitos Humanos e do Cidadão. Nós fizemos várias denúncia por escrito, sentimos que do secretário de justiça, e de outras autoridades que teria tomado alguns compromissos em favor destes apenados doentes, entretanto nada está sendo feito.

Vou fazer a leitura da carta, assim a minha intervenção é exata.

Padre Vicente.

Como já lhe falei, a situação do Manicômio é caótica e não temos a quem apelar. Já tentamos tudo e como sempre é aquela decepção.

Por iniciativa (não fala o nome), fui com ela, ao promotor Doutor Oswaldo Trigueiro Filho, para relatarmos a situação de descasos que se encontra o Manicômio Judiciário.

Ele nos recebeu muito bem (dia 7 de agosto) e disse que já estava muito preocupado com a situação dos pacientes do Manicômio, pois já tinha ido lá, mas não tem acesso a eles, visto que estavam agitados por falta de medicamentos, mas fora a outras dependências (cozinha, dispensa) e, viu quanto era preciso uma mudança urgente na organização, pois a sujeira era grande, mostrou fotos de mantimentos onde havia provas de os ratos eram presença constante. Enfim falou no dia 4 de setembro, iria instalar o seu escritório lá e passaria um mês, tentando mudar o sistema e dar uma vida melhor aos pacientes, pois eram humanos e viviam numa pocilga.

Saímos de lá animadas, cheias de esperanças, pensando que dessa vez a coisa ia bem, pois pensamos que o promotor era verdadeiro cristão.

Mas, já estamos em outubro e nada foi feito.

Fomos também ao Doutor Jair, diretor da COSIPE que também nos impressionou nesse dia, prometeu resolver o problema dos medicamentos. Telefonou na nossa presença para o Doutor Tiago e foi forte com ele, intimando que mandasse buscar imediatamente os medicamentos que faltavam e que nunca mais se repetisse algo semelhante. Elogiou o nosso trabalho, franqueou a COSIPE para o que necessitássemos. E a situação continua a mesma ...

Poucos medicamentos. Quando os parentes precisam de remédios, entregam a receita médica para a nossa pastoral. E temos que comprar, porque não vamos deixar que morram à míngua.

Já temos 90 pacientes e os leitos são 58, então, 32 ficam dormindo no chão. Uma coisa tremenda que não podemos aceitar. O isolamento é outro ambiente indigno de um ser humano.

A (não cita o nome) relatará melhor do que eu , o que realmente ocorre .

Um abraço.

Nós visitamos várias selas assim do lado, o próprio Doutor Tiago declarou que aquela sela era desumana, entretanto nada está sendo feito. Nós vimos o tratamento, atendimentos de remédios que são praticamente todos iguais, sendo que dois são diferente. Portanto eu sinto que está situação está se protelando por muito tempo, e dezenas de anos Doutor Tiago Formiga está na frente dessa Instituição, nós pedimos a demissão desse diretor omisso nas suas tarefas de diretor daquele Manicômio. Não dá mais para esperar que mais de 90 presos sejam tratados de forma tão desumana. Portanto peço que essa mesa, que as autoridades competente tomem providências rápidas com essa direção daquele presídio.

Além disso, queria denunciar espancamento, além de outras arbitrariedades que acontecem no Roger. Alguns meses atrás, houve uma tentativa de fulga, os que não fulgiram foram colocados no pátio, e de noite foram barbaramente espancados. Um homem teve que ser curado com sete pontos na cabeça, quando nós o entrevistamos, ele nos contou prontamente o que tinha acontecido, quando abrimos o inquérito, ele declarou que tinha caído da cama, porque tinha medo de represálias por parte da direção do presídio. Então eu digo que seria muito

Senhor presidente da mesa, demais componente que coordena esse trabalho.

Eu represento a Coordenação do Movimento Nacional dos Direitos Humanos, que é uma organização, não governamental que como eixo de sua atuação é a luta contra a violência, e a acesso a cidadania. Nesse sentido nós temos feito a partir de uma constatação no Brasil e especialmente na Paraíba sobre agressão da prática da tortura, e encaminhamos aos organismos, e aos mecanismos internacionais de defesa dos direitos humanos a nível nacional e internacional.

Há um tempo que nós estamos observando o comportamento da questão da violência e da tortura aqui no Estado da Paraíba, e temos constatado que a partir do massacre no presídio Roger, nós estamos atentamente observando o comportamento do sistema penitenciário, e o sistema de segurança pública ...

(Continua na 8ª Parte).

importante que também no Roger se fizesse uma sindicância muito detalha sobre a situação em que se passa os apenados.

Também no presídio de Santa Rita, onde também fui impedido de entrar, mesmo sendo conselheiro do Conselho de Direitos Humanos e do Cidadão, junto com o Doutor Edivaldo Leite, também lá aquele diretor tem atitudes autoritárias e ele está envolvido em prática de torturas.

Onde eu peço que as autoridades que estão aqui na mesa tomem providências, para o Instituto Psicologia Forense, para o Roger e para a cadeia pública de Santa Rita.

<u>O SENHOR PRESIDENTE</u>: (DEPUTADO LUIZ COUTO).

A Comissão de Direitos Humanos tomará todas as providências, é da sua competência.

Nós agora passamos a palavra para o representante do Movimento Nacional de Direitos Humanos, Oscar Gatica que após ouvir esse depoimento, também, já que foi um dos signatários do documento encaminhado a DHG-Internacional sobre prática de tortura em nosso estado, para que ele passe também a questão dos encaminhamentos que serão feitos a partir dessa denúncia.

Com a palavra o Doutor Oscar Gatica. Passo a presidência ao Deputado Zenóbio Toscano, enquanto concedo uma entrevista.

<u>O DOUTOR OSCAR GATICA.</u>

LGA 01/11/2000 8ª Parte

– 1 –

O SR. DR. OSCAR GATICA

... de sistema de segurança pública na Paraíba. O governo, do estado da Paraíba, ele tem uma política exterior, digamos assim, excelente, porque a imagem que a nível nacional o estado vende e especialmente o Secretário de Justiça e Cidadania, aparece como o estado aonde violação de direitos humanos nunca ocorrem, ou ocorrem acidentalmente, algum excesso, e ele vende essa imagem. Eu tenho participado de eventos nacionais, internacionais, e o Secretário de Justiça tem tido uma atitude, inclusive tem vendido uma imagem, votado com a gente questões polêmicas a nível nacional, e essa imagem faz com que este estado da Paraíba ainda não tenha sido investigado pelas autoridades e pelos compromissos internacionais que tem o Brasil, da maneira correta, por essa causa, e também por falta de prova contundente para poder denunciar esse fato. As denúncias aqui feitas, com a contundência de provas, dos desmandos que ocorrem por parte dessa autoridade encarregada de cumprir o compromisso que o Brasil tem, são para nós de um valor incalculável, que por fim, poderemos dizer até conforto que a vereadora Cozete trouxe, do que está ocorrendo na Paraíba, porque a nível nacional ninguém disse isso. Nós não temos provas. Nós, no mês de setembro, apresentamos o relatório do Comitê Contra a Tortura das Nações Unidas, denúncias sobre tortura no Nordeste. A Assembléia Legislativa, a Pastoral Carcerária foram as principais denunciadoras dessa situação. Nós ainda estamos em tempo de apresentar essas denúncias que aqui chegaram para esse órgão internacional. Eu gostaria que as pessoas ficassem atentas para o seguinte: parece muito distante quando se fala na nações unidas, parece muito distante quando se fala de Comissão de Direitos Humanos da OEA. É distante, mas são órgãos importantíssimos, ágeis e rápidos no sentido de pressão política ao governo brasileiro. O exemplo é o caso aqui da Paraíba do deputado Aércio Pereira. Que todo mundo acha que esse caso está condenado a impunidade. No entanto isso, a Comissão de Direitos Humanos da OEA já se pronunciou, pedindo ao governo brasileiro uma explicação sobre essa situação, e pressionando o estado da Paraíba para que libere esse deputado para ser julgado na justiça. Essas pressões internacionais tem uma importância vital, porque responsabiliza especialmente o principal dirigente deste estado que é o Governador do Estado, não é Aércio Pereira, não é o secretário Targino, não é os torturados que vai prestar conta daquele compromisso que o Brasil assinou pelo estado na presença de sua maior autoridade. É necessário que se diga que o caso Aércio Pereira ele não vai na frente, ele não é liberado pela Assembléia Legislativa porque o governador não quer. E isso é necessário que se diga, o governador vai ser responsabilizado por isso. E ele tem que saber isso. O governo Fernando Henrique está comunicando ao governo Maranhão de que quais são as explicações que ele vai dar no caso Aércio Pereira. Então, que é que o Movimento Nacional de Direitos vai fazer agora? Com essa denúncia em mãos, nós iremos participar da reunião do Conselho Nacional da Pessoa Humana, que se reúne agora em dezembro e apresentaremos na pauta, nós temos assento nessa reunião para fazer essa denúncia de tortura na penitenciária. E também essa denúncia de corrupção nessa Secretaria na qual esse escândalo foi denunciado.

E, ao mesmo tempo iremos encaminhar ao órgão internacional a correspondente denúncia. Então, fica esse nosso recado e o compromisso que nós iremos fazer. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE DEPUTADO (LUIZ COUTO)

Obrigado. O Sr. Antônio Isídio, que é membro do Conselho Estadual dos Direitos dos Homem e do Cidadão para a sua explanação. Depois de ouvirmos as pessoas da Mesa, nós abriremos para os parlamentares que vão falar e depois outras pessoas que queiram também fazer indagações já que é uma Audiência Pública e todo cidadão pode então fazer perguntas aos membros da Mesa ou aqueles que deram depoimentos aqui nesta Audiência Pública.

O SR. ANTÔNIO ISIDRIO DA SILVA

Boa tarde Senhor Presidente desta Sessão, Companheira Cozete, demais membros da Mesa e aqui do Plenário. Eu sou Antônio Isidio, vice Presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos do Homem e do Cidadão, aqui representando o Dr. Rubens Pinto Lira, Presidente.

O Conselho Estadual se solidarizou com as denúncias apresentadas por Cozete lá, mas eu gostaria que o Dr. Rivaldo prestasse atenção, porque a situação está caótica. O Conselho está há seis meses sem poder funcionar. Os dois advogados já se afastaram porque estão há seis meses sem receber recursos. O governador não publicou os nomes dos novos conselheiros, nós tivemos que tomar posse regimentalmente. Há seis meses sem repassar os recursos o pessoal não tem sequer dinheiro para o vale transporte para ir dar expediente no Conselho. Estamos funcionando precariamente. A vontade e a decisão dos conselheiros insiste em achar que a gente tem que fazer aquele serviço funcionar. Portanto, a gente aproveita esse espaço para dizer que os direitos humanos na Paraíba de forma oficial, está abandonado pelo governo do Estado. Como se isso não bastasse, a Secretaria de Cidadania e Justiça e a Secretaria de Segurança em dobradinha, inviabilizam o funcionamento do Conselho. Bom, basta dizer que o Secretário de Cidadania e Justiça até hoje não tomou posse no Conselho. E o seu representante até hoje não foi a nenhuma sessão. Esse é o quadro que demonstra porque é que as coisas acontecem de forma oficial a agressão aos direitos humanos. E está provado que o maior violador dos direitos humanos é o Estado. E estado é representado por pessoas. E essas pessoas acabam de ser denunciadas aqui nesta Sessão. Essa situação só se revela porque ela se torna berrante, ela se torna gritante, aí aparece. Mas aquelas pessoas que estão que estão sofrendo e que não podem dizer? Por exemplo, nós temos casos em Santa Rita, de pessoas que procuram a gente e diz: "olha, meu filho foi arrancado de dentro de casa, e espancado pela polícia e forçado a confessar que furtou, que roubou. O que é que a gente pode fazer"? Vocês apresentam a denúncia. "Ah, não posso, não tenho como". Há um mês atrás, dois jovens foram arrancados de dentro de casa e assassinados por pessoas que vivem em Santa Rita, transitando, inclusive

acompanhado de policiais. Está aí a denúncia feita pelo Conselho Estadual de Direitos Humanos. Mas até se apurar e se chegar a uma decisão a família fica lá correndo risco.

A mãe já está em São Paulo e outras pessoas estão sujeitas a qualquer momento morrer, porque está correndo risco eminente de vida. Nós temos alguns casos concretos, e a gente que está na frente dos direitos humanos, também não estamos livres dessas ameaças constantes. Eu fui preso também, como o Rivaldo, e a gente não pode denunciar, mas eu fui trancado na sala do então Secretário de Saúde de Santa Rita, que hoje é vereador, ele também me mostrou a arma na sua sala e disse: "que você mude o seu modo de pensar e de agir, porque senão eu vou lhe matar". E a gente não pode provar. O máximo que a gente pode dizer é que esses fatos acontecem. E as pessoas estão aí impunes. O caso por exemplo... que todo mundo sabe...

Continua na 9ª Parte.

O SENHOR ANTÔNIO ISIDRIO:

...todo sabe que as pessoas que vão visitar os presídio pelas maiores agressões, principalmente as mulheres, de serem colocados objetos, até a mão, na vagina no anus, para saber se tem objetos, ou drogas.

A gente já fez, mas o governador vetor, apesar da assembléia ter derrubado os dois artigos, que provocavam essa aberração, contra esse atentado, contra a dignidade humana, o senhor governador veto, e continua o processo, absurdo e tratamento desumano no Estado da Paraíba.

Nós temos o caso do Instituto de Psiquiatria Florence, que o padre já sito.

O Conselho para entrar tem que pedir permissão, tem que ir ao desembargador, tem que ir ao Juiz da Execução Penal, tem que falar com todo mundo, para ter direito à o acesso livre, quando a Lei já assegura.

Como não se bastasse recentemente, foi solicitasse ao Conselho Municipal de Saúde, que credenciasse aquele serviço para melhor assistência, assistência aos que ali estão condenados, mas a comissão que foi designada pelo Conselho Municipal de Saúde, não teve acesso, teria que examinar por uma janelinha. E voltaram e não poderão habilitar aquele serviço no SUS, por falta de um conhecimento pleno da situação.

Me parece que é brincadeira.

Liguei para o Dr. Jair, e disse, como é possível, que você mesmo solicita, o conselho delibera, autoriza, vai a comissão e não pode entrar. Vou resolver agora mesmo.

Isso é um absurdo, esta ratificando um absurdo.

E as coisas vão acontecendo.

Ainda bem, agora a gente esta percebendo que as pessoas começa a insignar, com esses fatos.

Mas quando a gente denuncia Cozete, eu vi o Secretário de Cidadania e Justiça, quando foi entrevistado logo após à sua denuncia, ele tentou desacreditar, e tenta passar essa imagem diminuir ou desfazer da denuncia, de que nós defendemos Direitos Humanos, defendemos bandidos, infelizmente a comunidade termina copiando e aceitando essa informação como sendo a verdadeira.

Eu estive a semana passada, na comunidade Maria de Nazaré, aqui em João Pessoa, e nós fazendo um trabalho da SAMOPS, ensina da questão dos Direitos Humanos, nós fizemos o trabalho de perguntar, quais são os direitos Humanos de um marginal, já que a mídia fez um estardalhaço encima da criança que foi torturada?

A resposta foi imediato.

O direito de morrer.

É isso que as autoridades, disfarçadamente, dizem que defende os Direitos Humano, conseguem curte na mente, até mesmo as pessoas, que deveriam esta lutando para defender os seus direitos.

Insistentemente estamos aqui, nesta sessão, denunciando que, além dessas ações que a assembléia pode fazer, o conselho poderia fazer muito mais. Mas nós estamos numa situação caótica.

Até o estagiário de direito que tinha no conselho, também pediu demissão, ou afastamento por total falta de condições de comparecer aquele órgão.

Então fica aqui, insistindo que a gente vai continuar dando apoio, com as nossos próprias condições, mas esperando que a gente possa está com essas denuncias, fazendo com que as autoridades, que ainda são serias possa adotar as medidas necessárias.

Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE (Deputado Luiz Albuquerque Couto):

Muito obrigado.

Há um declaração que foi encaminhada, da Dra. Elizabete de Paula Barbosa, Defensora Pública, Presidente da Comissão Mult-Disciplinar de Inspeção Prisional.

Paulo Celso do Vale, Defensor Público, Vânia Lúcia Lustosa, Assistente Social, José Marconi de Fagundes Serrano, e Marconi Edson de Lira, mandou uma nota, dizendo:

(lendo)

Está registrado.

Registramos a presença da Dra. Nadja Palito, da OAB, é sempre uma defensora dos Direitos Humano, que está presente nesta Audiência Pública.

Passamos a palavra ao Deputado Zenóbio Toscano, pelo tempo regimental de cinco minutos.

O SENHOR (Deputado Zenóbio Toscano):

Senhor Presidente, e demais membro da Mesa, senhores deputados, meus senhores e minhas senhoras.

Vou ser rápido senhor presidente.

Eu fiquei estarrecido, como certamente todas as pessoas presentes, com o depoimento do Dr. Rivaldo Targino.

Gostaria de dirigir à ele, algumas perguntas, e indagações.

O seguinte:

1º) -Quantos anos, o Senhor Dr. Rivaldo, é Auditor no Estado da Paraíba?

2) - Essa irregularidade que o senhor apontou no seu relatório, foram constatada desde de quando?

3º) - O senhor estar realizando este trabalho na secretaria desde de 1997, se eu não entendi errado, desde de quando o senhor constatou essas irregularidades? E porque só agora elas foram denunciadas.

4º) - Se o senhor levou cópia desses relatórios, ao Senhor Secretário ao Controle Interno do Estado da Paraíba, e também ao Tribunal de Contas.

5º) Gostaria de saber o seguinte: se o senhor responde atualmente, alguma Comissão de Inquérito, se responde, qual a motivação, e quem determinou essa abertura de inquérito?

6º) - Se nessa irregularidade constatada pelo senhor, se inclui alguma coisa, em relação à construção do presídio de Souza, ou de algum outro presídio, ampliado, reformado ou construído no Estado da Paraíba?

7º-) Gostaria de saber se o senhor dispõe de cópia desse relatório, e se poderia encaminhar hoje ou posteriormente à esta comissão?.

Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE (Deputado Luiz Albuquerque Couto):

Com a palavra, o Dr. Rivaldo, para responder as questões feita pelo Deputado Estadual Zenóbio Toscano.

O SENHOR RIVALDO TARGINO DA COSTA (Auditor):

Bom, nobre deputado, desde de 1997, comecei a atuar na secretaria, como Auditor concursado.

Encaminhei esse relatório, ao Secretário da Cidadania e Justiça, no dia 23 de agosto de 1999.

(lendo)...

(continua na 10ª parte)

O DOUTOR RIVALDO TARGINO DA COSTA.

- lendo o relatório.

Outrossim, solicito à Vossa Exa. garantias para o exercício do dever funcional, inclusive quanto à minha integridade física, no decorre ou após todo o processo administrativo ou penal que venha a ser aberto em virtude do relatório em anexo, que contraria interesses espúrios do poderio econômico privado.

Aqui está o relatório, esse relatório foi encaminhado no dia 23 de agosto de 99. Só que quase um ano depois ainda não havia sido tomada nenhuma providências cabível com relação à esse relatório. Quer dizer, as medidas eram só paliativas, e só no papel e nada de concreto tinha sido feito. Então eu fiz um outro relatório que encaminhamos ao Ministério Público.

Lendo...

RIVALDO TARGINO DA COSTA, brasileiro, casado, engenheiro, escritor, residente e domiciliado à Rua Elvira Cavalcanti Silva, 121, apartamento 204, Bancários, nesta Capital, vem à augusta presença de V. Exa, com fulcro no escrito dever funcional de Auditor de Contas Públicas do Estado da Paraíba, Mat. 147.642-4, encaminhar a este egrégio Ministério Público Relatório de Auditoria da Secretaria da Cidadania e Justiça, Senhor SINVAL ALVES DE CARVALHO, e assim desmantela o mecanismo de funcionamento do " Cartel das Oficinas", a máquina de lavar dinheiro sujo e

através da qual empresas laranjas, de servidores, parentes e amigos, são utilizados para exaurir os recursos públicos e as dotações orçamentárias, oriundas dos impostos e de receitas arduamente contribuídas por cidadãos paraibanos.

Estes relatórios vai ficar à disposição da Comissão.

O SENHOR PRESIDENTE: (DEPUTADO LUIZ COUTO).

Nós solicitamos ao Doutor Rivaldo, que toda essa documentação seja entregue para ser registrado nos Anais.

A pergunta é a seguinte, além do secretário da Cidadania, esse relatório foi encaminhado para o Tribunal de Contas, sim ou não? E também para o secretário de Controle Interno?

O DOUTOR RIVALDO TARGINO DA COSTA.

No primeiro relatório eu fiz esse pedido ao secretário que encaminhasse cópia para todos os órgãos competente para averiguar o caso, como; o Tribunal de Contas, aqui estão has sugestões que eu peço a ele.

O SENHOR PRESIDENTE: (DEPUTADO LUIZ COUTO).

O senhor pede, mas senhor não encaminhou diretamente?

O DOUTOR RIVALDO TARGINO DA COSTA

O procedimento autoria seja aprofundado à todos os processos e relatórios como manutenção de veículos fazendo um levantamento de custos urbano por veículos e prestadores de serviços, quer dizer, seja aberto processo administrativo visando quantificar o prejuízo ao erário durante a gestão do coordenador financeiro.

Outrossim solicito que seja conferido as melhores condições de trabalho, cópias desse relatório seja enviado a Secretaria de Controle Interno da Despesa Pública, e ao Governador do Estado, assim como para demais autoridades e órgãos competente.

No primeiro relatório o item 4, eu peço ao secretário que cópia desse relatório seja enviado a Secretaria de Controle Interno da Despesa Pública, e ao governador do estado, assim como para os órgãos competente e demais autoridades.

Improbidade administrativa. Eu tenho aqui em mãos o parecer.

Lendo parecer da Procuradoria Geral da Justiça.

Tendo em vista o teor da presente representação formulada pelo Sr. Rivaldo Targino da Costa, Auditor da Contas Públicas da Secretaria de Controle da Cidadania e Justiça e, considerando que as irregularidades apuradas pela Comissão de Sindicância Administrativa constituem em tese, Crimes Contra a Administração Pública, com suporte no artigo 5º do CPP, requer a este órgão ministerial, que seu procedimento seja remetido ao Senhor Superintendente da Polícia Civil deste Estado objetivando a instauração de inquérito, indiciar ao senhor Sinval Alves de Carvalho,

Terezinha de Jesus Cruz, e José Henrique Filho.

Este último é um empresário.

O SENHOR PRESIDENTE: (DEPUTADO LUIZ COUTO).

Foi quando?

O DOUTOR RIVALDO TARGINO DA COSTA

Em 15 de setembro de 2000, assinado por, Maria Salete de Araújo Melo Porto, Promotora de Justiça da 1ª Vara Criminal.

O juiz também já despachou, relatório de José Guilherme Soares Lemos, promotor de Justiça, Assessor Técnico do Ministério Público.

Lendo:

Assim sendo, que sejam tiradas cópias destes autos, remetendo-as à Comissão de Combate de Improbidade Administrativa para as providências necessárias, e por outro lado, encaminhando o presente feito ao Coordenador da Promotoria Criminal da Procuradoria de Justiça da Capital para tomar as medidas de praxe no que concerne a apuração de ocorrência de infração penal, para punição dos que for encontrados em culpa.

Onde se apurou e constatou as atividade irregulares do Coordenador da Unidade Setorial de Finanças da secretária em referência, Sr. Sinval Alves

de Carvalho, o que além de configurar, em tese, crime de ação penal pública incondicionada, também caracteriza ato de improbidade administrativa.

Então eu pedi que fosse remetido do relatório cópia a Secretaria de Controle de Despesa Pública, e os demais órgãos competente, incluindo o Tribunal de Contas.

Quanto às questões do presídio de Sousa, e os demais presídios que foram construídos, o coordenador financeiro gerenciando todo dinheiro público, "é claro" que isso aí nos remete que seja feito uma auditoria nos gastos que foram realizado na construção desse presídio, porque se o coordenador financeiro, está sendo denunciado pelo Ministério Público, que é autor da ação incondicionada ímprobo, e todo dinheiro passava por ele gerenciava, ele emitia cheques, ele emitia nota de empenho, então não tem respaldo nenhum a construção desse presídio, a verba aplicada não tem crédito, já que passou por um corrupto.

A DOUTORA MARIA DAS NEVES DO EGITO DE ARAÚJO.

Só fazendo um adendo aqui, eu gostaria e convidaria como juíza da Execução Penal, para que os senhores deputados e representantes da Pastoral, da OAB, e de outras entidades fossem conhecer o presídio.

Olhe o complexo penitenciário de Manguabeira é construído com tijolo um furo, para uma comunidade carcerária que está em um regime fechado, quer dizer, um tijolo, os pavilhões senhores deputados, olham para trás tem a administração, os fundos dos pavilhões é o contrário da administração, os agentes ficam na frente assistindo televisão e lá atrás nem Deus sabe, foi construído duas guaritas em dois pontos cegos, onde ocorreu duas tentativas de fugas e até hoje

sem policiamento, continua a mesma coisa. Um dia eu disse na reunião, e também assegurei que era necessário, e que acreditava que os que estavam fora eram para está dentro, porque pela forma de construção. Por exemplo, se o senhor for a média a água vai para dentro do presídio, o ferrolho está por dentro e abertura por fora, "eu tenho fotografia" o bujões de gás são expostos, isso no - Centro de reeducação feminino, como no Instituto Penal Sílvio Porto- se o senhor pede uma chave, por exemplo da cozinha do regime fechado, ela fica com o preso o diretor não sabe onde está, na média, isso eu fiz uma reclamação em abril. Muitos presos sai com a chave, só agora, eu soube que realmente estavam tomando as providências, onde estava ocorrendo dentro da média, de noite era bebidas e baseado, porque o presídio é cercado com arame farpado, onde se viu um presídio com arame farpado? Então é aonde entra droga, onde entra outras coisas. Então só vendo a olho nu, sem ser engenheiro vê que a obra precisa realmente ser re-estrutura, porque nem uma área de laser, nada tem no Instituto Penal Sílvio Porto.

Era um adendo.

O SENHOR PRESIDENTE : (DEPUTADO LUIZ COUTO)

No final da audiência aqueles que deram depoimento também terão tempo ainda para outros esclarecimentos, para outras informações, e para as considerações finais.

Doutor Rivaldo, o senhor responde algum Inquérito?

O DOUTOR RIVALDO TARGINO DA COSTA.

Tem um inquérito.

O secretário quando soube que eu coloquei esse processo no Ministério Público, ele fez uma Comissão de Sindicância lá na própria Secretaria, ai depois que me ...

(Continua na 11ª Parte).

O SR. DR. RIVALDO TARGINO DA COSTA – AUDITOR

... aí depois que ele me agrediu, mandou inclusive publicar em todos os jornais da Paraíba que meu endereço era desconhecido. Está aqui, em todos os jornais do dia onze de outubro de 200. Circulou no Diário Oficial, Jornal A União, Correio e tudo. "O Presidente da Comissão Permanente de Inquérito da Secretaria de Cidadania e Justiça, faz saber ao senhor Rivaldo Targino da Costa, matrícula 147.642-4, lotado na Secretaria de Controle da Despesa Pública, que aqui ele já havia me devolvido, que o mesmo deverá comparecer na sala de audiência da Procuradoria Jurídica desta pasta, para no prazo de dez dias, a contar da data da última publicação deste edital, prestar depoimento a respeito da denúncia formulada no processo 210600 de 19 de 04 de 2000. Relatório do Decadi 02100, pelo fato do denunciante encontrar-se em lugar incerto e não sabido". Quer dizer, eu como denunciante, nas próprias denúncias tem o meu endereço. Tem aqui o meu endereço completo, inclusive na justiça está colocado o meu endereço, está aqui, Rivaldo Targino da Costa, brasileiro, casado, engenheiro, escritor, residente e domiciliado à Rua Elvira Cavalcante Silva, 121, apart. 204, Bancários, nesta capital. Quer dizer, não tinha por onde ele publicar um edital dizendo que eu estava desaparecido. Logo ele me agrediu, então eu não tinha nenhuma segurança para depor na Comissão, porque eu sabia que era para dar em pizza como tinha dado até então. Então não dei atenção a isso aqui, mesmo publicado em toda a imprensa da Paraíba. Um edital de convocação, me convocando para depor na Comissão de Inquérito para investigar o que a justiça já estava investigando.

O SENHOR DEPUTADO (ARTHUR CUNHA LIMA)

Dr. Rivaldo, só para esclarecer. O senhor é funcionário público, lotado na Secretaria de Controle Interno à disposição da Secretaria de Justiça. De toda maneira, nesse caso teria que voltar para a sua secretaria se tivesse que responder a algum inquérito, porque não há competência administrativa deste secretário para lhe ouvir também não.

O SR. DR. RIVALDO TARGINO DA COSTA – AUDITOR

Certo. Por conta disso eu não fui em nenhum momento dar atenção a esta Comissão que existe lá ou que existia.

O SR. PRESIDENTE DEPUTADO (LUIZ COUTO)

No caso Dr. Rivaldo, o deputado Arthur da Cunha Lima, ele pede inclusive urgência para que esse apanhado taquigráfico possa estar preparado, é necessário que nós tiremos cópias dessa documentação hoje, porque ela vai ficar toda registrada, então, nesse caso, pediria a assessoria que fosse verificar no setor de xerox para que possa tirar cópia da documentação. Nós vamos passar a palavra, eu pensei que às cinco horas nós teríamos concluído, mas como temos mais denúncias e eu devo prestar um depoimento agora como testemunha

lá no Fórum, e eu peço ao deputado Antônio Ivo para presidir a Audiência, enquanto vou ser ouvido, depois retornarei para cá. Os deputados tem o tempo regimental de cinco minutos, e nós vamos dar três minutos para cada pessoa, para que elas possam, ou fazer indagações ou então fazer comentários. Nós passamos a palavra ao deputado Avenzoar Arruda.

O SR. DEPUTADO AVENZOAR ARRUDA

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Parlamentares, autoridades aqui presentes, representantes de entidades e todos que estão aqui nesse momento. Primeiro, não poderia deixar de registrar a indignação nossa diante dos fatos que acabamos de tomar conhecimento. Parte dele nós já havíamos obtido informação parcialmente pela imprensa e por documentos remetidos pela vereadora Cozete Barbosa, especialmente no que diz respeito as questões atinentes as torturas no presídio de Campina Grande. Agora, o que impressiona depois de ouvir o depoimento, principalmente da juíza, é que parece uma questão recorrente. Ou seja, uma questão que vem acontecendo e que dificilmente poderíamos aqui acreditar que as autoridades maiores no estado não tenham conhecimento. Dificilmente. É inverossímil dizer que o Poder Executivo não tinha conhecimento do que vem acontecendo. Isso realmente nos causa indignação. E agora com o depoimento do auditor, nós ficamos mais perplexos ainda porque parece que o Executivo perdeu o controle dessa situação. Isso é estarrecedor. Ou seja, nada que vem à público vem na sua total dimensão. Esse é o grande problema. Estamos diante de uma situação que muito provavelmente poderíamos aqui indagar: quantos auditores passaram por esta situação? Tiveram que alterar efetivamente os seus laudos sem necessariamente terem sido levados para uma sala. Quantas pessoas efetivamente deixaram de prestar depoimentos ou de apresentar suas denúncias? É isso que está acontecendo. E como chegar a uma conclusão sobre essa situação? Claro, a questão hoje dos direitos humanos está iminente à questão federal. E tem que ser. Porque é muito difícil, é improvável que o Secretário de Cidadania e Justiça tenha hoje a capacidade de apurar essa situação. Agora aí precisa de um gesto, mais do que uma atitude política administrativa, qualquer coisa na esfera judicial dentro dos procedimentos administrativos normais. Precisa de um gesto político. Creio eu que deva ser cobrado. Aliás, eu poderia dizer dois gestos: um, da própria Assembléia Legislativa convocando esse Secretário. Tem poderes. A Assembléia Legislativa também tem poder. Não é apenas um espaço para opinião e para crítica. Tem poder de convocar. Claro que existe maioria e minoria. Também é preciso dizer em público se a maioria estará interessada ou não em representar essas questões. E o outro gesto é o próprio Executivo. É inaceitável o que nós acabamos de ouvir e que isso seja colocado de lado sobre o pretexto de que há presunção da inocência ou coisa dessa natureza. Evidentemente nós não estamos querendo atentar contra esses princípios. Mas na esfera administrativa politicamente creio eu, é insustentável ter um secretário de Cidadania e Justiça numa situação como essa. É insustentável politicamente. Eu não quero aqui me precipitar e dizer para ele ser condenado, até porque seria um exercício precipitado de julgamento. Agora, acho que o estado todo quer e precisa de um gesto de quem é a autoridade maior no estado. Não

há nenhuma dúvida nisso. Esse gesto era exatamente isso: olha secretário, nessas condições não pode ser secretário. Agora, é claro, não quer dizer que eu esteja já aqui hoje fazendo a condenação. Estou dizendo politicamente. Qual seja, a pessoa que está nessa área. E apura-se, levanta-se, pune-se, inclusive se existir má fé, o que possa existir. Agora, não se pode, ou seja, ficarmos todos nós paraibanos, pensando que nos presídios da Paraíba estejam acontecendo coisas dessa natureza. E que a autoridade maior esteja sendo denunciada por fato dessa natureza. Isso é insustentável, porque dentro dos presídios não existe apenas aquelas pessoas que alguns costumam dizer: "os piores bandidos". Existem pessoas as vezes injustiçadas. E lá, muitas vezes, ouse já, aprendem e aí sim escolhem os caminhos mais perigosos. Portanto, para concluir Senhor Presidente, eu quero deixar esse registro. A Bancada do PT já encaminhou para o Ministério da Justiça evidentemente, os fatos que foram abordados pela vereadora Cozete Barbosa. O Presidente dos Direitos Humanos na Câmara que é o deputado Marcos Rolim, também já fez o encaminhamento para o Ministério da Justiça. E é claro que nós vamos levar o caso às últimas conseqüências. Eu sinceramente confesso que não tinha dimensão que estou tendo a partir desses depoimentos do problema de direitos humanos que está ocorrendo na Paraíba. Sei outros problemas que ocorrem no estado da Paraíba, aliás pelo menos alguns. Mas na dimensão que pude presenciar aqui é estarrecedor, e me comprometo com esta Casa e com todos que estiveram aqui a estar ao lado e ao mesmo tempo quero deixar a minha solidariedade a todos ...

Continua na 12ª Parte.

O SENHOR (Deputado Avenzoar Arruda):

...à todos que estão ameaçados, aliás, ameaçados porque estão cumprindo o dever, que é mais uma vez estarrecedor, ou seja, se pode as vezes imaginar uma ameaça quando se há um conflito pessoal, mas quando estar no exercício do dever, que seja um juíza, vereadora ou um auditor, sinceramente, onde é que nós estamos, nós não podemos tolerar isso.

Muito obrigado.

O SENHOR PAULO DE TARSO MEDEIROS:

Senhor Deputado Antônio Ivo, Presidente desta Comissão em Exercício, Deputado Arthur Cunha Lima, e Deputado Zenóbio Toscano, aqui presente, Vereadora Cozete Barbosa, Dra. Maria das Neves, Juíza, e demais autoridades, meus senhores, minhas senhoras.

Eu como advogado que atuo na área criminal em Campina Grande, acompanhei durante muito tempo murmúrio do presídio do Serrotão, lá em Campina Grande, essa questão, sobre tortura, e não é só a questão da tortura em si, principalmente a tortura que visa a extorsão, o favorecimento de presos, que corajosamente após se chegar a uma situação insuportável, essa situação toda foi levada a vereadora Cozete Barbosa, por funcionários daquele presídio que estavam indignados.

E esta tarde senhor auditor, que teve a coragem cívica dessa Comissão da Assembléia Legislativa do Estado, denunciar esse fato absurdo.

Vemos o que acontece nos presídios, no interior do estado, o presídio do Roger, na Máxima, no Instituto Psiquiátrico, é simplesmente conseqüência do que existe de pobre à nível de secretaria.

Gostaria de adianta mais, sem entrar em outros detalhes, motivo tempo, as ameaças contra à vereadora Cozete Barbosa, como eu atuo na área de execução penal, e faço até para o apostolado, porque os presos estão lá na sua imensa maioria, rigorosamente abandonados, na mão de pouco defensores públicos, e por conta disso, não tem a mínima condição de pagar um advogado.

Mas mesmo assim eu atuo até como por espirito de caridade cristã, e por isso mesmo conquistei vários amigos dentro daquele presídio, e

mim mantém informado a respeito dos boatos e dos fatos que estão permanentemente acontecendo.

Os dois indivíduos, que foram afastados naquele presídio, afastado só, por ato do secretário, por conta desse escândalo, continuam a ameaçar, e foram outros funcionários, inclusive irmão de um deles, que prestou depoimento perante a comissão, narrando fatos estarrecedores, porque esse indivíduo é funcionário do presídio, era motorista do único veículo que existe no presídio do Serrotão, para transportar preso, e nós temos 752 presos no presídio do Serrotão, enquanto o Auditor diz aí que gastou R$ 270.000,00, em recuperação de carro, esse cidadão esta sendo ameaçado de morte, pelo seu próprio irmão, um dos que foi afastado no caso, chefe de segurança. E ele me disse mais, que confirmou todas as práticas no presídio do Serrotão.

A vereadora Cozete Barbosa, esqueceu de citar, dois instrumento de tortura, um deles foi destruído Terça-feira passada, que é uma cadeira de elétrica construída na marcenaria do Serrotão, e outro é uma máquina de choque, essa máquina foi feito através de um barbeador elétrico, onde se colocaram dois fios elétricos e aplicavam os choques no pescoço dos presos.

Tem preso no presídio do Serrotão mutilados permanentemente, e se dispõe a depor, desde que tenha alguma garantia de vida.

Esses indivíduo que foram afastados, estavam procurando presos albergados dentro do presídio do Serrotão, para que, aproveitando as beneficies, quando saísse do presídio, pudesse fazer alguma ação contra a vereadora Cozete Barbosa.

Esses dois presídios, um é tenente da polícia, o tal tenente Júnior, e o outro é Cine, chefe da segurança.

É bom que fique registrado isso aqui.

Américo Cine, tem vários outros irmãos que são agentes, que são Funcionários Públicos do Estado, são pessoas dignas.

Agora precisa que fique registrado isso aqui, por conta da integridade física da vereadora, e para que as autoridades desta Assembléia tome conhecimento desses fatos, que procurava Dra. Maria das Neves, através de presos albergados atentarem contra a integridade física da vereadora Cozete Barbosa, isso é informação de ontem, nos corredores do fórum, através de agente que também participaram dessas denúncias junto ao gabinete da vereadora.

O SENHOR (Deputado Antônio Ivo):

Com apalavra o Dr. Kerginaldo Cândido.

O SENHOR KERGINALDO CÂNDIDO PEREIRA:

Meus senhores e minhas senhoras, boa tarde.

Inicialmente meus parabéns, para as Senhoras, Cozete Barbosa, Maria das Neves e o Senhor Rivaldo Targino, pela coragem e determinação de lutar por aquilo de nós chamamos de justiça.

Eu achei super estranho, a maneira na reunião, que teve para se apurar as denuncias em Campina Grande, como o Senhor Adalberto Targino, tratou as provas de maneira frias, diz que as provas não são validas, porque? Porque não existe normais legais para elas, as pessoas não tem coragem de denunciar.

Numa circunstância a Dra. Cozete, encontrava-se na rádio prestando esclarecimento, um cidadão ligou, e fez várias denuncias, não se identificou com medo, ele disse se identificasse iria ser torturado e morto, antes do inquérito terminar.

Muito obrigado

O SENHOR PRESIDENTE(Deputado Antônio Ivo):

Antes da Dra. Nelsina, com a palavra a Dra. Cozete Barbosa.

A SENHORA COZETE BARBOSA:

Eu só queria fazer uma parte na fala do ilustre advogado Kerginaldo.

Não foi o Dr. Adalberto Targino, foi a comissão que estava presente, era o Sebastião Lucena, Carlos Alberto Barbosa, e o Major Solon Marcelino.

O Dr. Adalberto Targino não estava presente.

O SENHOR PRESIDENTE (DEPUTADO ANTÔNIO IVO):

Com a palavra a Dra. Nelsina Oliveira Dias, Conselho Estadual de Defesa dos Direitos do Homem e do Cidadão.

A SENHORA NELSINA OLIVEIRA DIAS:

Em Campina Grande, eu tive a oportunidade de formar algumas coisas em relação a violência que existe no Instituto Psiquiatria Florence, os paciente além de serem apenados, são considerados não detentos apenados, por conta da sanidade mental que eles tem. Quando eles estão em crise, por falta, inclusive de medicação, são colocados no isolamento, o isolamento é um cubículo sujo imundo, sem leito, sem onde defecar, as pessoa que ficam neste cubículo, não tem condição de ficar meia hora, quanto mais meses. É preciso olhar um pouco.

Nos meses de julho agosto e setembro, por ocasião de uma oficina, lá no Instituto de Psiquiatria, podemos observar uma denúncia de um dos doentes mental, que estava fazendo oficina, eles disseram que, era selecionados, porque estava em medida de segurança ou seja, poderia ter licença para ir em casa, em momentos especiais, esse doente fala...

(continua na 13ª parte)

A DOUTORA NELSINA DIAS – SAMPOS

... esse doente fala da agressão quando estava por uma semana em casa de funcionário do Instituto de Psiquiatria Forense, que levaram ele ao pau de arara "eu não sabia o que era isso", o pau de arara é uma agressão onde colocam a pessoa com capuz, os braços e os pés atados e botam debaixo d'água para confessar coisas que eles não sabem, isso naquele momento que eles estavam visitando a família, e que não pode ter nenhuma anormalidade, porque se eles não voltam, eles tem mais um tempão lá dentro do Instituto de Psiquiatria Forense. E eles são doentes mentais, Então é um negócio impressionante, se agressão existe nos outros presídios, lá no Instituto a coisa é muito mais grave, mesmo porque, eles também não tem as fiscalizações, o próprio Conselho são impedidos, para a gente poder vê essas coisas.

Obrigada.

O SENHOR PRESIDENTE: (DEPUTADO ANTONIO IVO).

Continua facultada a palavra ao plenário.

Com a palavra a Doutora Nadja Palitot

A DOUTORA NADJA PALITOT.

Eu queria dá o meu boa- tarde, a presidência dos trabalhos, aos ilustres deputados aqui presente, a todos militante dos Direitos Humanos, aos funcionários da Casa que também estão assistindo essa sessão, enfim ao povo da Paraíba.

Eu queria dizer primeiramente que não poderia deixar de comparecer aqui nesta tribuna por motivos bastantes claro, primeiro, como cidadã não poderia deixar de enaltecer a coragem, a bravura desse paraibano, o auditor Rivaldo, que põe em risco a sua própria vida para melhorar a cidade de João Pessoa, o Estado da Paraíba, e assim melhorar o nosso próprio país, não poderia também, como advogada que sou, advogada da área criminal deixar de hipotecar a minha solidariedade ao risco de vida que corre a Doutora Nevita, "que é assim que nós a chamamos carinhosamente" no fórum e na juris- forenses pela altivez, mulher alteira paraibana, e com certeza cada vez mais nos orgulhamos, "Doutora Nevita"! dileta como magistrada, receba também Vossa Excelência a nossa solidariedade, e por fim não poderia deixar de hipotecar a minha solidariedade como política que sou a Vereadora Cozete, mulher brilhante que desaponta hoje uma das maiores liderança feminina da Paraíba, que deve ser motivo de muito orgulho para todas nós mulheres da nossa terra, receba a senhora também a nossa solidariedade.

Eu circulei o auditório senhor presidente, e aqui estive, não fui convidada oficialmente por ninguém, a plena curiosidade me fez comparecer hoje a esse auditório. Na realidade não estou aqui como membro da OAB oficialmente convocada ou convidada, vim como cidadã comum, mas face a gravidade dessas denúncias, "que acredito que deva ser vinculada para todo país", eu quero me apresentar como vice-presidente Nacional da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal da OAB. Ainda hoje quando sair dessa Casa irei comunicar ao presidente da nossa Comissão do Conselho Federal, das denúncias que foram aqui ditas e afirmadas, e algumas, parte delas, até já comprovada, provas robustas e confirmadas até, e dizer também que isso nos deixa cada um e a todos completamente estarrecidos, as denúncias que foram feitas aqui por todos, cada um sobre o seu prisma, violando partes fundamentais dos direitos humanos e dos direitos sociais desse país.

Eu fico recapitulando a minha vida, muitos anos militando nos Direitos Humanos e como todos os militantes dos Direitos Humanos incompreendidos e tido sempre como defensor de bandido. Numa época em que não existia Comissão de Direitos Humanos nesta Casa, não existia na OAB, não Existia na Câmara Municipal, e nós nunca nos acovardamos sempre tivemos a frente de tudo. E é muito triste para o militante dos Direitos Humanos de quase duas décadas como eu, averiguar que infelizmente pouca coisa mudou, pouquíssimas coisas e muitas coisa piorou, mas há um traço de esperança, porque nós somos de certa forma um número maior, nós éramos um número tão pouco, Doutora Nevita, Vereadora Cozete, nós éramos tão pouco em todo país, hoje somos mais, e as denuncias infelizmente continuam e elas vão sempre ser feitas e as providências demoram a ser tomadas, mas nós estamos trabalhando essa consciência nacional, essa consciência de Direitos Humanos, de respeito ao homem e ao cidadão, e eu devo dizer, eu não quero nem imaginar, porque aí sim, a Paraíba ficará desmoralizada, senhor presidente, não quero nem imaginar que isso aqui que foi dito, veiculado, não estejam amanhã nos jornais, não é possível, nós acreditamos na imprensa da Paraíba, porque sou jornalista também, nós acreditamos que tudo que foi dito aqui, esse espaço seja concedido na imprensa, para que o cidadão que aqui não esteve possa tomar conhecimento como as coisas andam, o respeito ao direito do cidadão desta nossa Paraíba, como andam a vida de uma política ameaçada de morte, de um auditor que descobre falcatruas, de uma juíza que está no exercício do seu sagrado mudos, então nós queremos acreditar, teimosamente acreditamos na justiça paraibana, meu caro amigo jornalista Rubens Nóbrega.

E nós queremos que as coisa sejam corrigidas, e para que as coisas sejam corrigidas, eu devo encerrar dizendo que infelizmente ainda existe muitos bandidos na Paraíba fora dos presídios,

Muito obrigada.

O SENHOR PRESIDENTE: (DEPUTADO ANTONIO IVO).

Não havendo mais que queira fazer uso da palavra no plenário, devolvemos a palavra a mesa.

Com a palavra a Vereadora Cozete Barbosa.

A SENHORA COZETE BARBOSA: (VEREADORA).

Primeiro dizer que essa sessão nos dar muita força, Nadja, por quem eu tenho também muito respeito, e admiração, é muito, Doutora Maria das Neves, nós já temos uma história em Campina Grande, quando da implantação da Delegacia das Mulheres e outros assuntos, mas eu saiu daqui muito mais energizada, com muito mais energia da solidariedade desse parlamento, de autoridades e de outras pessoas, que também estão sofrendo agressões como nós, que se solidarizam, que não se intimidam e que vão em frente.

Eu queria registrar, quando eu tinha 18 anos, ainda era uma menina, não tinha noção das coisas, Doutora Nadja, eu era da Comissão de Justiça e PAES, que era ligada a arquidiocese de Campina Grande e que teve na sua direção uma grande mulher, Teresa Braga, aliás uma equipe de mulheres, eram: Tersa, Letícia, Hiba, eu de quadrijuvante, e o namorado de Hiba, era um grupo quixotesco, mas que terminou desbaratando aquele grupo chamado Mão Branca, que era um grupo de exterminar detentos, menores. Inclusive, tive um esconderijo de um menor de 14 anos e nós tiramos, porque ele ia ser executado naquela noite, eu era uma menina, hoje eu sou mulher, tenho 44 anos, tenho mais consciência das coisas ...

(Continua na 14ª Parte).

A SRA. VEREADORA COZETE BARBOSA

... mais consciência ainda das coisas e do meus deveres como mulher, como política e como cidadã. Eu agradeço e quero encerrar agradecendo a esta Casa, especialmente a Comissão de Direitos Humanos, ao meu partido, principalmente através do gabinete do deputado Luiz Couto, a direção estadual, a direção nacional, ontem recebi telefonema da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, vindo do próprio Dirceu. Da Câmara Municipal de Campina Grande e efetivamente do governo municipal através do prefeito Cássio Cunha Lima, que tomou medidas práticas me ajudando e colocando à disposição segurança pessoal, porque até agora não tive nenhuma segurança do governo do estado. Então queria deixar esses agradecimentos. Mais uma vez dizer que saio daqui revigorada, energisada, com mais convicção, cada vez mais a minha convicção aumenta. Isso obviamente que nós não somos de ferro Nadja, nós nos abalamos, inclusive emocionalmente, não pelas ameaças de morte, e isso é menor, eu acho que quem fazer não fica dizendo, já disse para eles que não passam de uns covardes, uns psicóticos, mas principalmente da gente ter que ouvir o relato de tortura. Eu pensei que aquele livro "BRASIL NUNCA MAIS", eu iria ler de tortura na Paraíba. Então, os meus agradecimentos e um abraço a todos e a todas vocês, a Comissão de Direitos dos Cidadãos, ao SAMOPS, a Anistia Internacional, enfim, a Dra. Maria José do Egito, a Rivaldo, enfim, a todos quanto tem e tiveram coragem de continuar lutando por um mundo melhor, por menos injustiça e pelo direito à vida. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE DEPUTADO (ANTÔNIO IVO)

Com a palavra a Dra. Maria José.

A SRA. DRA. JUÍZA MARIA JOSÉ DO EGITO

Caríssimos defensores da causa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa, volto por um segundo. Eu queria ressaltar que muitas vezes chega uma denúncia em meu gabinete de pessoas que integram a Comissão de Direitos Humanos. Inclusive dizem o seguinte: "doutora, ocorreu isso, mas olha, não bote o meu nome como testemunha". Fica difícil. O senhor acredita que em virtude das torturas que eu denunciei em público, quando eu fui ler o inquérito, já estava em Mangabeira. Não tinha nada, porque eles mandam o preso fazer exame de corpo de delito trinta dias depois. Então eu disse: não é possível. Eu sou testemunha porque eu vi. Então, eu me coloquei como testemunha. O Juiz, que era o juiz substituto que estava no plantão em junho como testemunha, a escrivã como testemunha e os direitos humanos não quiseram ser testemunhas. Então desse jeito nós não chegaremos lá. Eu sou testemunha dos dois inquéritos. O colega meu que viu, nós vimos o sangue no corredor do presídio já ia ser pedido o arquivamento, porque inclusive as peças que eu mandei para acostar ao inquérito não tinham sido acostadas. Então, a peregrinação é grande, porque eu fui na delegacia, da delegacia tinha mandado para o Fórum, do

Fórum eu estive com o promotor, pela prova de lá realmente tinha que pedir o arquivamento, porque não acostaram a documentação que eu mandei. Fui à Corregedoria de Justiça na Central de Polícia, mandei todos os documentos, fotografia, fita, tudo e me coloquei como testemunha, fui ouvida, eu, o Dr. Rodrigo e a escrivã. Porque os direitos humanos é muito bom gritar , mas tem que provar, tem que ajudar. Então a Execução Penal está de mãos dadas nessa luta. Mas também é uma convocação de consciência. Porque a gente denuncia, a gente tem que ter a mesma força para que a justiça realmente seja aplicada. Dizer sem provar não é dizer. Era só isso que eu queria dizer e que os representantes não digam: "doutora, não vou dizer o meu nome porque eu não quero entrar nesse negócio". Como é que pode haver justiça sem prova? Então nesse momento eu aproveito, vocês, defensores da causa, saibam que quem faz uma opção por uma causa, realmente é para lutar de mãos dadas até o final. É muito fácil um telefonema dizendo: "doutora, vá lá no presídio que houve isso. Eu vi". Mas não quer dizer na justiça. Onde fica a justiça? Fica na crítica daqueles que não tem coragem de assegurar o que diz. É por isso que nesse momento a vocês que encaparam essa causa, mas encapem de coração. Se o Brasil continuar com medo, ele não vai sair dessa crise. Da crise maior que assola o nosso país, que é a crise moral. Nós temos que dar a volta por cima e fazer com que a justiça seja acreditada em nosso país.

O SR. PRESIDENTE DEPUTADO (ANTÔNIO IVO)

Com a palavra o Doutor Rivaldo para as considerações gerais.

O SR. DR. RIVALDO TARGINO DA COSTA

Gostaria de agradecer o apoio desta Casa aqui recebido, da Comissão de Direitos Humanos, de todas as autoridades presentes e acrescentar uma coisa concreta, porque por exemplo, para provar o atentado grande aos direitos humanos. Na Secretaria existem dois carros para transportarem os presos. São duas Mitsubish, carros importados e que oferecem o maior conforto aos policiais, aos agentes, mas na parte que vai levar os presos é apenas um cubículo metálico, de cerca de 40cm de altura, que muito mal dá para o preso se manter ali, mesmo de cócoras ou numa posição inadequada. Então quando transporta o preso por exemplo, para outro estado, ele vai nesse carro. Tem um aqui em João Pessoa e outro em Campina Grande no Serrotão. É uma caixa metálica, onde o preso fica sem ao menos respirar. E muitas vezes os motoristas me disseram, que eram obrigados a parar o carro, abrisse a porta para que o preso respirasse, não morresse no trajeto. Então, esses carros deveriam ser tirados de circulação. Porque não oferecem nenhuma condição de vida ao preso que nele é transportado.

... eu solicitei advogado porque eu já recorri a uma gama de advogados aqui em João Pessoa. Por exemplo, eu fui procurar o advogado Marcos Pires, fui atendido pelo o Dr. Felipe e quando eu me sentei na cadeira ele disse: "oh rapaz, eu me encontrei agora mesmo com o governador". Então não dá para ter um caso contra o Estado. Os advogados aqui, eles de um modo geral, não

pega esse tipo de causa. Então foi por isso um advogado específico da áreas de direitos humanos, que tenha a coragem de pegar a causa e ir até o fim. Não largar ou se vender para o próprio Estado. Eu mesmo tenho um advogado mas não é da área de direitos humanos, ele já sabe de tudo isso, mas não pode me acompanhar como advogado, porque ele não experiência na área de direitos humanos específica para levar isso até o fim. Então é isso que eu tenho a dizer.

O SR. PRESIDENTE DEPUTADO (ANTÔNIO IVO)

Com a palavra o Dr. Oscar Gatica, Movimento Nacional dos Direitos Humanos.

O SR. DR. OSCAR GATICA

Rapidamente para dizer que em primeiro lugar, no caso de tortura como já foi falado aqui antes, é muito difícil provar. E para isso é preciso ter coragem a testemunha e é motivo de grande admiração para mim, a coragem que tiveram essas pessoas, a vereadora Cozete, o Dr. Rivaldo e a Juíza que vem aqui mostrar que ainda é possível acreditar na magistratura judicial, tão criticada nos últimos tempos por sua omissão. Realmente omissão, porque ela se nega permanentemente a discutir a temática dos direitos humanos. Eu costumo dizer em todos os lugares aonde eu vou que o estado brasileiro nos últimos trinta anos, tem se destacado por ter política externa considerada como uma das melhores do mundo e ainda continua assim. Porque, a imagem que o Brasil vende lá fora permite que homem como o Ministro da Justiça, homem que obviamente foi um lutador no tempo da Ditadura, mas que representa hoje um estado brasileiro sai lá fora vendendo o Brasil que não existe, que nós sabemos que é outro, assim como os políticos paraibanos...

Continua na 15ª Parte.

O SENHOR OSCAR GATICA:

...assim que os políticos paraibanos, ainda defende à nível nacional.

A Paraíba esta cheia de violência, escândalo, e mentiras.

Eu sou um dos que forma parte do Programa Nacional de Proteção a Testemunha, criado pelo Ministério da Justiça.

É mentira que a Paraíba existe um programa Nacional de Proteção a Testemunha, eu posso dizer isso, e vocês podem conferir, e repito, que a Paraíba não existe um Programa de Proteção a Testemunha.

Aqui existe uma fundação criada para secretário, para captar recursos, do Ministério da Justiça, e até agora desconheço se estar defendendo alguém. Porque o verdadeiro Programa de Proteção a Testemunha, não pode ser inaceitável que esteja protegendo o funcionário.

Então, não acreditamos que há necessidade de ter ação concretas que apontem a responsabilidade de quem tem a sua maior responsabilidade, que é o representante maior do estado, ou seja, o Governador do Estado, a ele que deve ser cobrada as providências necessárias.

O Movimento Nacional de Direitos Humano, deve ser apontada a essa meta, porque, quando as denúncias chegarem, aos organismos internacionais, ao Brasil, esse signatário, desse compromisso, tá obrigado a cumpri-lo.

Principal responsável por essas providências é o representante do governo brasileiro, o Presidente Fernando Henrique Cardoso, ele vai pedir providência ao governador do Estado da Paraíba.

O Sistema de Segurança não funciona neste Estado, sai um Secretário, entra outro pior.

É necessário que tome providência imediata, eu já disse o que o movimento vai fazer.

É esse a mensagem do Movimento Nacional dos direitos Humanos.

Muito obrigado

O SENHOR PRESIDENTE (Deputado Antônio Ivo):

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, encerramos esta sessão, e com certeza, a Paraíba inteira vai tomar conhecimento, porque nós acreditamos nos órgão da Imprensa, vão dá maior

divulgação, este fato realmente merece que todo estado tome conhecimento.

O Dr. Auditor, receba a nossa solidariedade, sessão, comissão, como também desta Casa, vá enfrente, nós precisamos de homens que tome atitude, o senhor vem tomando, para desmascaramos os bandidos deste estado, e deste país.

Não é demais reforçar, num governo sério, cidadão como este, jamais pode ser secretário.

Esta encerrada a sessão.

Fim